

ZILDA MARCIA GRICOLI IOKO¹
Departamento de História da FFLCH, USP

**O NORDESTE NA OBRA DE
MANOEL DIÉGUES JR.**

Separata da revista

**CIÊNCIA E
CULTURA**

vol. 30(9), setembro de 1978

O Nordeste na obra de Manoel Diégues Jr.

Recebido para publicação em 6/12/77

ZILDA MARCIA GRICOLI IOKI, Departamento de História da FFLCH, USP

Dentre os valores que regem a atual sociedade brasileira, destaca-se a exaltação ao pragmatismo que leva à busca do conhecimento, apenas no que ele possui de utilitário. A tecnologia, por exemplo, ocupa um lugar de destaque nessa sociedade, idolatrada como os ídolos das sociedades antigas, talvez mais ainda que "Zeus" ou "Apolo", pois vivemos a era da tecnoburocracia. Essa ênfase no pragmático é acompanhada pelo total menosprezo do conhecimento humanístico, e, a cada momento, mais difícil se torna o trabalho dos cientistas sociais.

Para o historiador, as dificuldades se acumulam, já que, pertencendo ao grupo dos cientistas sociais, é visto como elemento dispensável e desnecessário ao sistema. Seu trabalho é obstaculado pela limitação das fontes — as oficiais permanecem intocáveis por longos períodos e as demais são de difícil acesso, devido à precária situação de nossos arquivos — pela falta de recursos, limitação de verbas, necessidade de dedicar-se quase integralmente à atividade docente ou a qualquer outra, para poder subsistir. São essas algumas das razões que explicam as lacunas ainda existentes em nossa historiografia.

Tomemos como exemplo o Nordeste Açucareiro, região notadamente mais conhecida e estudada. Mesmo assim, sente-se a ausência de trabalhos explicativos. Observa-se um grande volume de obras referentes aos séculos XVI e XVII, um quase esquecimento quanto ao século XVIII, e uma nova concentração em relação aos séculos XIX e XX. Mas apesar do volume de estudos sobre os mais diferentes aspectos da região açucareira, não encontramos sínteses que melhor favoreçam a compreensão de seus problemas como um todo.¹

Essas preocupações nos levaram a analisar a historiografia do nordeste mais detidamente,

1. Essas reflexões nasceram a partir de um curso de pós-graduação, subordinado ao título: "*Nordeste — tentativas de modernização da economia açucareira — 1815-1930.*"

buscando encontrar as razões históricas da transformação de uma região que foi a base de sustentação do Brasil nos dois primeiros séculos de colonização, para a mais sofrida do Brasil contemporâneo.

Nossa escolha voltou-se para a obra de um autor que se dedicou especificamente ao estudo do nordeste e que consideramos um clássico na Historiografia da região: Manoel Diégues Jr.² Seleccionamos os estudos considerados centrais em sua atividade intelectual, livros em especial e esporadicamente alguns artigos ou comunicações que também sistematizassem os problemas que nos preocupam.

Das obras iniciais de sua carreira para as mais recentes, percebe-se no autor uma evolução, referente ao alargamento de seu campo de atuação que inicialmente se cingia ao estudo regional e que gradativamente passou a inserir o nordeste num panorama nacional. Em qualquer das perspectivas, o autor explica os problemas da região como parte daqueles de uma nação dependente e periférica, que sofre as conseqüências da manutenção de uma economia monocultora de exportação.

2. Manuel Diégues Jr. nasceu em 1912, em Maceió, Estado de Alagoas, onde fez seus estudos primários e secundário. Seguiu para Recife, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito, em 1935. Acompanhou os cursos de Antropologia e Sociologia, ministrados por Gilberto Freyre, com quem trabalhou em pesquisas e de quem recebeu influências marcantes. Dirigiu o Departamento Estadual de Estatística de Alagoas, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério de Agricultura, o Departamento de Estudos e Planejamento do INIC., foi assistente da Comissão de Política Agrária no Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, membro do Conselho Nacional do Serviço Social Rural, Diretor de Programas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, professor de Antropologia Cultural e Etnologia do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Chefe do Departamento de Expansão Cultural do Ministério de Educação e Cultura, onde ainda permanece.

Dentre os trabalhos de Diégues, consideramos de grande interesse aqueles que se referem à problemática da estrutura da terra, do sistema de sesmarias às concentrações fundiárias. A visível persistência no estudo da estrutura rural vincula-se à sua atividade profissional, pois, como membro do Ministério da Agricultura, trabalhou no período de 1950 a 1960 na Comissão Nacional de Reforma Agrária e no Serviço de Informação Agrícola, neste último, planejando a série Documentário da Vida Rural, cuja primeira obra, *O Engenho de Açúcar no Nordeste*, serviria de modelo às demais. Essa série, inicialmente dirigida por Irineu Cabral, teve continuidade graças aos esforços de Diégues, que o substituiu na direção em 1954, e que dessa maneira pôde dedicar-se aos estudos sobre Reforma Agrária, publicados em diferentes oportunidades. Assim, o autor em questão aliou seus estudos acadêmicos à prática profissional demonstrando aos departamentos competentes as razões históricas dos problemas rurais e apontando um caminho para minimizá-los. As soluções que propôs foram entretanto conciliatórias, não chegando aos problemas da estrutura da terra, como pode ser observado em suas próprias palavras.³

Nas considerações que faremos, obedeceremos à apresentação das obras em ordem cronológica de publicação. Dessa forma tornar-se-á mais clara a ampliação das preocupações do autor, já mencionadas em páginas anteriores.

*O Bangué nas Alagoas*⁴ publicado em 1949,

3. "Reforma Agrária é um aspecto do processo de desenvolvimento, e como tal representa uma mudança cultural. Entendida neste sentido, portanto, cabe verificar até que ponto deve constituir um impacto nas atuais condições de cultura da população brasileira. É claro assim, que, se não desejamos os excessos do latifúndio por condenáveis, como condenáveis são também os do minifúndio, cabe procurar o tipo ideal de propriedade, capaz de atender às necessidades de subsistência da população brasileira, em geral, e de trabalho da população rural, em particular, ao mesmo tempo que possa alcançar um nível de produtividade de acordo com as técnicas modernas. O ideal a atingir, está em procurar tipos de propriedades que correspondam às condições peculiares de cada meio regional, seja em relação ao tipo de exploração a adotar, seja quanto a necessidade de diversificar a produção" In Diégues, Jr., M. — "Reforma agrária" in *Síntese política econômica e social* — Ano I — Jul/Set. 1959 — n.º 3 — Rio de Janeiro — pág. 19.

4. Diégues Jr., M. — *O Bangué nas Alagoas* — Rio de Janeiro — IAA. — 1949.

é uma das obras onde melhor encontramos a pesquisa documental. Lembra ele que recorreu "às melhores fontes da história alagoana, não só da história oficialmente aceita, senão também, daquela que vive ignorada nos arquivos, em documentos valiosos, muitos dos quais vêm retificar afirmativas até hoje mantidas". E acrescenta: "Em todas essas fontes, ainda inéditas ou pouco conhecidas, procuramos colher elementos, igualmente naquelas obras, já consagradas algumas, outras menos utilizadas, mas mesmo assim, importantes, em que se encontram elementos sobre a história regional".⁵ Procura demonstrar que o açúcar foi a atividade econômica que permitiu a fixação da população no Brasil. Dessa forma o Bangué, agiu como condicionador da adequação do homem (o português) ao meio geográfico. O engenho passou a ser o centro da vida social, política, econômica e demográfica do Nordeste, berço da colonização, devido a dois fatores fundamentalmente: a abundância da terra (daí o porquê de as sesmarias no Brasil servirem à concentração fundiária e não como maneira de manter o minifúndio, à semelhança de Portugal) e a solução para o problema da mão-de-obra com a introdução do escravo negro como força de trabalho.

A partir da colocação desse problema central, o autor destaca todas as nuances da sociedade açucareira, atualizando a análise histórica das questões relacionadas à região. Mesmo com a crise da economia e as medidas criadas para solucioná-las, não foi possível fugir aos problemas de uma colônia dependente devido à manutenção de uma economia agrário-exportadora, que para o autor foi responsável pelo empobrecimento da população, pois "a lavoura exclusivista da cana provocou a diminuição de gêneros de subsistência, a conseqüente elevação dos preços desses gêneros e a carestia".⁶ Os senhores passaram a importar alimentos, pois os maiores lucros viriam da produção do açúcar e compensavam o preço dos gêneros importados.

Aos trabalhadores restavam apenas as sobras, ou o que fosse produzido internamente. Os efeitos dessa orientação na alimentação e nos preços dos produtos provocaram dois fenômenos ainda constantes na população brasileira; a subnutrição e o pauperismo.

Essa rigidez da estrutura econômica nordestina, que para Diégues está relacionada à gran-

5. *Idem*, op. cit. — pág. 30.

6. Diégues Jr. M. — *O Bangué nas Alagoas* — Rio de Janeiro — IAA. — 1949 — pág. 30.

de propriedade rural e à monocultura, impediram a mobilidade social e forçaram o trabalhador a retirar-se ou sujeitar-se à total dominação. Assim, a esperança de encontrar melhores condições de vida, levou-o à busca de novos horizontes com as migrações.

O Bangué nas Alagoas, reflete os problemas de qualquer região da economia açucareira. É um estudo sobre Alagoas que pode ser generalizado para o Nordeste como um todo. Rico na documentação consultada, comprova pela pesquisa a situação geral do nordeste açucareiro.

Em 1952, Manuel Diégues publicou *Etnias e cultura no Brasil*,⁷ onde demonstra que a atividade econômica condicionou a organização social e suas relações. Não só a “fazenda” de açúcar, também a pecuária e a mineração determinaram relações específicas. A exploração das drogas do sertão, do cacau, as fazendas de café etc., determinaram padrões culturais distintos e agrupamentos humanos de base rural. Cada região formou um tipo específico de cultura, que manteve a unidade através da religião, da língua e da própria miscigenação. Esta, para o autor, foi possível porque o próprio português pertencia a “grupos mesclados no qual figuravam várias origens, inclusive mouros e judeus.”⁸

Todos os elementos humanos, seja índios, portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, negros africanos, foram permeáveis à miscigenação. Formaram tipos específicos com funções determinadas na sociedade.

O Brasil atual é dividido em duas áreas distintas: a que conservou características da cultura lusitana e a que adquiriu influências dos demais imigrantes que se integraram plenamente no sistema brasileiro devido à sua participação em diversos setores. Dessa forma, o país “constitui o cenário em que se processam democraticamente as mais diversas relações de raça e de cultura; desses contatos é que resultam em grande parte as diversidades culturais de áreas ou regiões do país, de um lado, e, de outro, os aspectos mais característicos do Brasil moderno.”⁹ Representando uma corrente de pensadores influenciados diretamente por Gilberto Freyre, cuja análise se estrutura

através da óptica da Casa Grande, Diégues também crê no relacionamento pacífico entre brancos e negros, e na existência de relações “democráticas” entre os diversos grupos. Estudos mais recentes, contudo, lembram que nas relações senhor-escravo a “coerção, repressão e conseqüentemente violência constituíram as formas de controle exercidas pela sociedade escravista para assegurar a manutenção do trabalho escravo, garantindo a produção e o lucro objetivado pelo sistema”.¹⁰

No ano de 1952, publicou *O engenho de açúcar no Nordeste*,¹¹ que serviria de modelo à série Documentários da Vida Rural a que já nos referimos anteriormente. Esse trabalho é um retrato da economia açucareira, desde a origem até à implantação das Usinas. Procura demonstrar que o processo produtivo sofreu transformações e que o século XIX pode ser considerado como um período de prosperidade e progresso. Esse progresso deveu-se a modernização, já que, substituindo o velho Bangué, a usina veio alterar as relações de produção. O usineiro passa a assumir a posição de prestígio do antigo senhor de engenho, por concentrar a produção agrícola (inclusive a propriedade da terra) e a fabril, funções que se haviam distanciado desde o século XIX com a experiência dos engenhos centrais. Os demais homens livres, banguzeiros, fornecedores e trabalhadores foram submetidos ao poder do usineiro e dele dependiam. Diégues não analisa o porquê do fracasso da experiência dos engenhos centrais que representavam uma melhor divisão do trabalho, e nem a quem interessava a nova concentração de terras com as usinas.¹²

Descreve todas as unidades que compõem o engenho de açúcar, até os hábitos alimentares

10. Queiroz, Suely Robles Reis de — “Senhores e escravos na grande lavoura de café” in *Anais do II Congresso de História*, São Paulo — 1975.

11. Diégues Jr., M. — *O engenho de açúcar no Nordeste* Documentários da Vida Rural n.º 1, Rio de Janeiro — Serviço de Informação Agrícola — 1952.

12. Através da leitura de Eisenberg, P. — *The sugar industry in Pernambuco — 1840-1910 — Modernization without change* — California Press — 1972 e de Perruci, G. “Estrutura e conjuntura econômica açucareira no Nordeste do Brasil” in *Anais do VIII Congresso Nacional dos Professores Universitários de História* — Aracaju, 1975, percebemos que houve uma ação dos fornecedores de cana no boicote que fizeram à remessa do produto aos engenhos centrais. Porém não encontramos um estudo que explique o motivo dessa ação, se ela foi consciente por parte daqueles que se viram desprestigiados com o novo senhor — o usineiro.

7. Diégues Jr., M. — *Etnias e culturas do Brasil* — Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde — 1952.

8. *Idem, ibidem*, pág. 22.

9. *Idem, ibidem*, pág. 75.

adquiridos pela presença do mesmo, as festas etc., numa leitura amena, que não suscita porém grandes indagações.

Em 1954, surge *População e açúcar no Nordeste do Brasil*¹³ uma repetição da publicação anterior, abordando os mesmos problemas, o que poderia caber numa reedição revisada e ampliada da obra de 1952.

O livro volta a insistir em pontos como a ocupação da terra; a fixação da população; a formação da sociedade agrária, os problemas da mão-de-obra; a solução com o negro; a mestiçagem e seu papel; o latifúndio e a propriedade da terra; a monocultura e a evolução dos banguês em usina, questões que de resto figuram em vários outros trabalhos do autor.

Já em 1957, apresentou num seminário sobre "Sistemas de plantation no Novo Mundo", realizado em San Juan de Porto Rico, um trabalho sobre a Propriedade e Uso da Terra na "Plantation Brasileira",¹⁴ procurando demonstrar as razões da "Plantation" no Brasil, as diversas regiões onde foi possível a montagem desse sistema, (lavoura da cana, do cacau, do café) propiciando a existência mesmo que rudimentar, da transformação ou beneficiamento do produto agrícola aqui cultivado, de maneira a valorizá-lo para o mercado exportador. A "Plantation" sofreu transformações no Brasil: "... o exclusivismo monocultor, muito embora atenuado, em grande parte, pelas culturas associadas, que foram menos comuns no passado, e de outro lado, não praticando a rotação das culturas, também aspecto típico da "plantation" tradicional, esse tipo de exploração agrária no Brasil, vem modificando, por exemplo, o sistema de divisão do trabalho".¹⁵ Aliando-se a essas transformações, há uma certa mobilidade social, pois a perda de hegemonia dos chamados produtos "reis", levou à fragmentação, pela venda de parte das terras, ou à sua divisão por herança. Diégues exemplifica o fenômeno "na produção cafeeira devido à recessão mundial de 1929, que provocou uma modificação sensível

na propriedade da terra, com a ascensão à condição de proprietário, do antigo colono, principalmente o italiano... e muitas fazendas de café, tornaram-se fazendas de criação de gado, ou deram espaço para a construção de indústria".¹⁶ Problema semelhante já ocorrera na região açucareira no século XVIII, com a crise do açúcar durante a recessão secular, provocando a fragmentação da propriedade.

Em Washington, no ano de 1959, *População e propriedade da terra no Brasil*, é publicado.¹⁷

Dividido em cinco partes, ressalta: aspectos gerais da propriedade no Brasil; as relações entre o regime de propriedade da terra e as condições de vida e de trabalho da população rural; as relações do regime de propriedade da terra com os programas de colonização e as condições de vida da população rural. Esse trabalho busca as razões dos problemas rurais brasileiros e procura demonstrar que uma das razões do subdesenvolvimento está na concentração fundiária, na ineficiência de programas de colonização e na exploração feita ao homem do campo. As preocupações veiculadas em relação ao problema da posse da terra são retomadas no artigo "Reforma Agrária", onde o autor analisa o porquê da necessidade da Reforma Agrária, como ela deve ser entendida para o Brasil e quais as formas de resistência à sua realização.

A primeira vista bastante polêmico, torna-se Diégues conciliador ao definir Reforma Agrária como "um aspecto do processo de desenvolvimento, e como tal representa uma mudança cultural". Prossegue: "... é claro, assim, que se não desejamos os excessos do latifúndio por condenáveis, como condenáveis são também os do minifúndio, cabe procurar o tipo ideal de propriedade, capaz de atender as necessidades de subsistência da população brasileira, em geral, e de trabalho da população rural, em particular, ao mesmo tempo que possa alcançar um nível de produtividade de acordo com as técnicas agrárias modernas. O ideal a atingir, está em procurar tipos de propriedades que correspondam às condições peculiares de cada meio regional, seja em relação ao tipo de exploração a adotar, seja quanto à necessidade de diversificar a pro-

13. Diégues Jr., M. — *População e açúcar no Nordeste do Brasil* — São Paulo — Comissão Nacional de Alimentos — Livraria Casa do Estudante — 1954.

14. Diégues Jr., M. — "Propriedade e uso da terra na "plantation" brasileira" in *Revista geográfica da Comissão de Geografia do IPGH*, n.º 48 — Tomo XXII — Rio de Janeiro — Jan/junho de 1958, págs. 66/100.

15. *Idem, ibidem*, pág. 66.

16. *Idem, ibidem*, págs. 95/96.

17. Diégues Jr., M. — *População e propriedade da terra no Brasil*, Washington DC. União Pan Americana, 1959.

dução". 18 Sua conclusão destaca "... o sentido humano e cristão da Reforma Agrária ou, se quiserem, da organização que é necessário dar à estrutura do país. Só o cristianismo, pelo seu significado humano, ainda preserva o alto valor da propriedade, pois tanto o comunismo, como o capitalismo, de modos diferentes, praticamente a suprimiram, pelo fato de a concentrarem em mãos de um pequeno número. Cabe por isso, a uma civilização que se diz cristã, e a líderes que se chamam cristãos, encaminharem em termos justos e adequados o processo da Reforma Agrária, de modo a assegurar ao maior número possível de lavradores, a propriedade da terra, em seu sentido fundamentalmente humano". 19 Para o autor, tanto a concentração da terra em poder dos proprietários rurais, como a estatização da propriedade, têm o mesmo significado.

Já a Reforma Agrária, "... como um corretivo às condições atuais de exploração agrícola no Brasil... e, portanto, necessários ao bem estar social, econômico e cultural da população rural". 20 Para que isso se realize, propõe a divisão de terras num tamanho "ideal", de acordo com a atividade a ser desenvolvida no local, através da venda de terras, e da montagem de infra-estrutura para a realização da reforma, com unidades de crédito, tecnologia e demais recursos necessários à produção.

De grande interesse, foi o trabalho publicado em 1960 com o título de *Regiões culturais do Brasil*, 21 partindo do conceito de Região Cultural "... como um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações específicas da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhes, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto, as regiões, espaços territoriais definidos por certas características que dão a unidade de idéia, de sentimentos, de estilos de vida a um conjunto populacional". 22

18. *Idem* — "Reforma Agrária" in *Sintese política econômica social* — ano I — julho/setembro — 1959 — n.º 3 — Rio de Janeiro — pág. 19.

19. *Idem, ibidem* — pág. 29.

20. *Idem*, "O processo de Reforma Agrária" in *O Observador* — Fevereiro 1953 — ano XVII — n.º 205, pág. 74.

21. *Idem, Regiões culturais do Brasil* — CBPE-INEP, Ministério da Educação e Cultura — Rio de Janeiro, 1960.

22. *Idem, ibidem* — *op. cit.* — págs. 6 e 7.

A partir desta conceituação, Diégues estuda as diversidades regionais do Brasil, e tenta demonstrar que há unidade dentro das diversidades. Essa unidade porém, se manifesta para o autor, na língua, religião, sentimentos, ou melhor, na herança da colonização latina; como pode ser verificado por suas próprias palavras: "... a unidade brasileira é, em princípio, um resultado do equilíbrio dessas diversidades, ou melhor, um sistema criado por essas diferenciações regionais, que não chegam a ser divergências". 23

Deixa de lado a análise de uma unidade Nacional manifestada ao nível da Superestrutura, padrão ideológico criado como aparato necessário ao Estado Nacionalista, para poder realizar o seu projeto de nação.

As regiões culturais são estudadas pelo autor a partir das atividades econômicas e do processo de ocupação como o Nordeste Agrário do Litoral; o Mediterrâneo Pastoril; Amazonas e a atividade extrativista; a mineração no planalto; o centro oeste extrativista e pastoril; o extremo sul pastoril; a colonização estrangeira; o papel do imigrante; chegando ao café, suas irradiações e sua influência social. São destacadas ainda as atividades subsidiárias do cacau, sal, pesca e as populações respectivas, até o aparecimento das indústrias, das cidades e metrópoles.

Utiliza-se do processo histórico para estabelecer o panorama cultural do Brasil contemporâneo, onde procura encontrar a unidade citada anteriormente.

Essa obra é inovadora, pois utilizando-se dos recursos da ciência geográfica, estabeleceu as divisões regionais aglutinando-as pelo processo econômico e demonstrando uma grande preocupação com o elo que une as diversas partes, para ele representado pelos valores subjetivos como a língua, religião, etc.

Em 1971, publicou através do Conselho Federal de Cultura, *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. 24 Um livro composto de nove artigos já publicados anteriormente em congressos, jornais e revistas, porém reorganizados para formar uma unidade. Os temas são novamente referentes aos fatores do povoamento litorâneo; características do Mediterrâneo nordestino; os franceses

23. *Idem, ibidem* — *op. cit.* — pág. 479.

24. Diégues, Jr., M. — *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. — C. F. E. — Rio de Janeiro — 1971.

e a colonização do Brasil, a formação do deserto Mediterrâneo; à monocultura na formação brasileira; o rio São Francisco e a economia nacional; as companhias privilegiadas e o comércio colonial; fundamentos econômicos da delimitação territorial; contribuição dos casais ilhéus para o Uti Possidetis.

Escreveu também uma série de artigos relacionados com os temas centrais de sua pesquisa, tais como: "Introducción a la sociologia regional"; "Estudos de relações de culturas no Brasil"; "Populações rurais brasileiras" e "Sugestão para o estudo da contribuição cultural do negro africano no Brasil".²⁵ Colaborou na Revista *Brasil açucareiro* durante muitos anos, publicando, ali, parte de seus estudos e também na Revista do *Instituto Histórico de Alagoas*, do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, na *Revista de história* etc.

Após a leitura de todos esses trabalhos, pudemos perceber que uma série de questões em relação ao estudo do nordeste açucareiro necessitam ainda de aprofundamento tais como as razões do fracasso da experiência com os engenhos centrais por exemplo: se essa experiência foi legislada pelos próprios senhores de engenho, como se explica que tenham lutado contra ela, com o objetivo de estabelecer novamen-

te a concentração da fábrica e da terra, com as usinas? Por que mesmo após a derrocada da economia do nordeste, ainda se mantém a grande propriedade rural? Como se explica vivermos em um sistema capitalista de produção, e ainda mantermos a estrutura fundiária intocável, como se a pura e simples posse da terra fosse sinônimo de poder?

Na historiografia brasileira ainda há muito a fazer, dizem todos os pesquisadores. Concordamos com essa afirmação, que nos estimula, especialmente quando consideramos o risco de que outros escrevam nossa história, sob uma óptica até certo ponto enviesada. As dificuldades se avolumam a cada momento. Há muito o que fazer. A História existe ainda como "resistência" aos diversos entraves contra ela colocados. Devemos continuar. Vencer as barreiras. Deixar de lado a História da Classe dominante. É preciso deixar o povo falar, mesmo que seja no passado.

25. *Idem*, *Introducción a la sociologia regional* — México 1954; *Estudos de relações de culturas no Brasil* — Rio de Janeiro 1954; "Populações rurais brasileiras" in *Vida rural e mudança social* — Cia. Ed. Nacional — SP 1973; Sugestão para o "Estudo da contribuição cultural do negro africano no Brasil" in *Cadernos brasileiros n.º 4* — Rio de Janeiro 1962.